

ANÁFORA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS

Gessilene Silveira

1. Introdução

Em situações conversacionais os falantes recorrem a vários mecanismos de repetição que possibilitam estabelecer uma relação coesiva entre os enunciados lingüísticos, bem como garantir o desenvolvimento do discurso. A coesão é, sem dúvida, uma condição básica para a construção de qualquer ato comunicativo. É ela que estabelece a continuidade entre as partes de um discurso. Para Halliday e Hasan (1976), a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser decodificado sem recorrer ao outro.

Um dos mecanismos que permite estabelecer relações significativas entre os elementos situacionais e discursivos é a referência anafórica. Através deste mecanismo os falantes mantêm o controle daquilo que já foi enunciado. A anáfora tem a função de repetir a identificação do referente já reconhecido através de outra expressão num dado discurso.

Com o intuito de apresentar algumas reflexões a respeito da anáfora, o trabalho busca apoio em dois quadros teóricos: o da gramática gerativa - Teoria da Regência e Ligação (Chomsky 1981) - e o da semântica dinâmica.

Primeiramente apresentaremos uma descrição básica do comportamento de alguns elementos anafóricos.

2. O processo anafórico

As anáforas se caracterizam pelo fato de que somente podem ser interpretadas em função de um antecedente. Consideremos os exemplos:

- (1) a. **O candidato_i** esteve em Florianópolis na última quarta feira. **O candidato_i** estava bastante otimista.
 b. **O fazendeiro_i** matou a **onça_i**, que estava atacando o seu gado. **Ele_i** usou uma espingarda para matá-la_i.

Tanto em (1a) como em (1b) o processo anafórico é instaurado. Em (1a) temos a repetição do mesmo vocábulo, *o candidato*. Já em (1b), a pronominalização evita a repetição pura e simples do mesmo vocábulo. O pronome *ele* retoma *o fazendeiro* e *a onça* é retomada pelo clítico pronominal, *la*. Os índices subscritos servem para facilitar a interpretação, assegurando que os elementos em questão têm a mesma identidade referencial. O mesmo não acontece em (2):

- (2) a. ***João_i** encontrou-o_i na rua.
 b. *João disse que **Pedro_i** o_i beliscou.
 c. *João disse que **ele_i** beliscou o **Pedro_i**.
 d. ***Joana_i** disse que a Maria **se_i** feriu.

Os termos grifados instauram um processo anafórico, porém não são correferentes já que não se reportam a um mesmo referente. A gramaticalidade é garantida quando a cadeia anafórica é bem formada, como mostram os exemplos em (3):

- (3) a. **João**₁ encontrou-**o**₁ na rua.
 b. **João**₁ disse que Pedro **o**₁ beliscou.
 c. **João**₁ disse que **ele**₁ beliscou o Pedro.
 d. Joana disse que a **Maria**₁ **se**₁ feriu.

Em (3a), o não se remete a *João*, mas a um outro antecedente no discurso. Em (3b), a relação anafórica revela que o pronome *o* só pode se referir a *João*, mas não a *Pedro*. O mesmo ocorre em (3c). Em (3d), o pronome *se* remete necessariamente a *Maria*, nunca a *Joana*. Dizemos, então, que *o* e *João* em (3b), *ele* e *João* em (3c), assim como *se* e *Maria* em (3d) são correferentes, ou seja, eles se referem à mesma pessoa.

O contraste ilustrado em (2b-c) e (2d), (3b-c) e (3d) revela que os pronome *o/ele* e o reflexivo *se* têm um comportamento distinto. No caso do reflexivo, ele é interpretado em função de um antecedente próximo. Já quanto ao pronome *o/ele*, não se verifica tal particularidade. Ele é dotado de uma certa referência e necessita apenas estar associado a um outro elemento a fim de poder ser identificado. Os elementos anafóricos se caracterizam pelo fato de que somente podem ser interpretados em função de um antecedente que pode estar próximo ou não. O reflexivo, ao contrário dos outros pronomes, exige que o seu referente esteja próximo. Se isso não acontece, a sentença se torna agramatical, como vimos em (2d).

No exemplo (3a), em que o termo anaforizado remete a outro que não se encontra na oração, acha-se fora dos limites

da sentença, é necessário recorrer ao contexto para fazer a devida ligação anafórica. Um caso semelhante observa-se quando há ambigüidade referencial. É o que veremos na seção seguinte.

3. Ambigüidade anafórica

Consideremos os exemplos:

- (4) a. João informou a Pedro que **ele** seria demitido.
b. O professor vai dizer ao aluno até onde **ele** poderá chegar.
c. O chefe expulsou o aluno porque **ele** descobriu algo de incriminador.

Os elementos superficializados no discurso não nos dão indicação para uma interpretação de correferencialidade. Quem seria o antecedente de *ele* nestes exemplos? Somente com uma operação de inferência será possível identificar o referente do elemento anafórico. Em cada um destes exemplos há no mínimo três interpretações para o pronome anafórico. Em (4a), por exemplo, *ele* pode ser marcado como correferente de *João* ou de *Pedro*. Há uma outra possibilidade de interpretação em que o pronome *ele* pode se reportar a uma terceira pessoa não-especificada. Isso mostra que o pronome tem referência variável.

A ambigüidade anafórica só será desfeita a partir de um contexto semântico ou pragmático. Se o discurso nos informa que *ele* se remete a *Pedro*, então podemos interpretá-los como correferentes. Se, por outro lado, o discurso não nos permite interpretar o antecedente do elemento anafórico, então devemos fazer uma inferência pragmática sobre as crenças do interlocutor naquele momento do discurso. Por exemplo, em (4a) o falante

está informando o interlocutor que João, dono de uma empresa, informou ao funcionário Pedro que a empresa será fechada por motivos financeiros. E por isso Pedro seria demitido. Assim, o antecedente de *ele* seria *Pedro*.

Numa outra interpretação, *ele* poderia estar se referindo, não a *João* e nem a *Pedro*, mas a uma terceira pessoa, por exemplo, *Carlos*. Supõe-se que o falante está dizendo ao interlocutor que João, dono de uma empresa, informou ao Pedro, irmão de Carlos, que a empresa será fechada por motivos financeiros. E por esse motivo, Carlos seria demitido.

Nestas duas possíveis interpretações, o referente de *ele* é inferido pragmaticamente, eliminando assim a ambigüidade anafórica.

Uma outra maneira de resolver a ambigüidade, segundo Pinkal (*apud* Moura, 1998), é através de uma precisificação, que fornece um contexto mais informativo no qual a ambigüidade é eliminada. Por exemplo, se o locutor de (4a) acrescentar ao discurso o seguinte enunciado:

- (5) A empresa de João faliu e por isso Pedro será demitido.

não há necessidade de recorrer a inferências pragmáticas. A integração de outros elementos na situação discursiva ajuda a eliminar a ambigüidade.

De acordo com Hankamer e Sag (*apud* Monteiro 1994), há dois tipos de anáfora:

a) **A superficial:** que exige um antecedente na estrutura de superfície. É uma anáfora sintaticamente controlada. É o caso do reflexivo, como vimos em (3d), que exige um antecedente próximo.

b) **A profunda**: que não exige um antecedente na estrutura de superfície, mas ele pode ser recuperado pelo contexto situacional ou discursivo. É uma anáfora pragmaticamente controlada. É o caso do pronome em (3a) e da anáfora ambígua em (4) que pode remeter a um antecedente fora do contexto, precisando assim fazer inferências pragmáticas para poder identificar os devidos referentes.

A ambigüidade anafórica de (4b) e (4c) também poderia ser resolvida a partir de um contexto pragmático ou semântico-discursivo.

Na seção seguinte, discutiremos como a anáfora é tratada no âmbito da teoria gerativa e no âmbito da semântica dinâmica.

4. A teoria gerativa e a anáfora

Para assegurar a interpretação adequada dos elementos anafóricos em relação aos sintagmas nominais com os quais são correferentes, Chomsky (1981), a partir da teoria da Regência e Ligação, formula princípios que regulam a ocorrência das relações anafóricas e pronominais. Os três princípios responsáveis pela distribuição dos elementos nominais são:

Princípios da vinculação

- A- Uma anáfora deve ser ligada em sua categoria de regência;
- B- Um pronominal deve estar livre em sua categoria de regência;
- C- Uma expressão referencial deve ser livre.

Para explicar estes princípios é necessário apresentar algumas definições:

Vinculação: Uma categoria α está vinculada por uma categoria β , se e somente se:

- a. α e β estão co-indexadas; e
- b. β c-comanda α .

C-comando: β c-comanda α , se e somente se:

- a. o nóculo que domina β também domina α ;
- b. α não domina β , e vice-versa.

Categoria de regência: é a categoria mínima que contém α , o regente de α e um sujeito acessível à α (em que sujeito pode ser intuitivamente entendido como “elemento nominal mais proeminente” no domínio considerado).

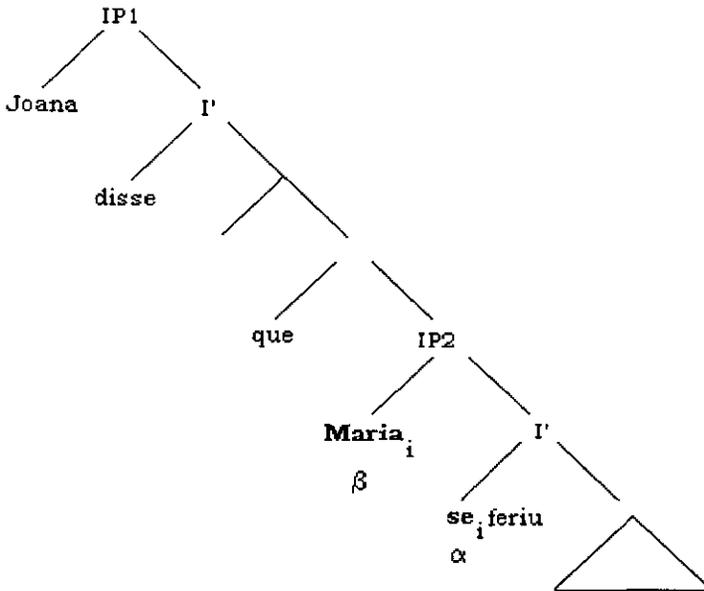
Retomemos os exemplos (3b), (3c) e (3d):

- (3) b. **João**_i disse que Pedro **o**_i beliscou.
- c. **João**_i disse que **ele**_i beliscou o Pedro.
- d. Joana disse que a **Maria**_i **se**_i feriu.

Como já foi observado, os pronomes em (3b) e (3c) têm um comportamento diferente do pronome reflexivo em (3d). Enquanto este exige um antecedente próximo, os outros não. Por isso, eles são regidos por princípios distintos. O reflexivo é regido pelo princípio A e *o/ele* são regidos pelo princípio B.

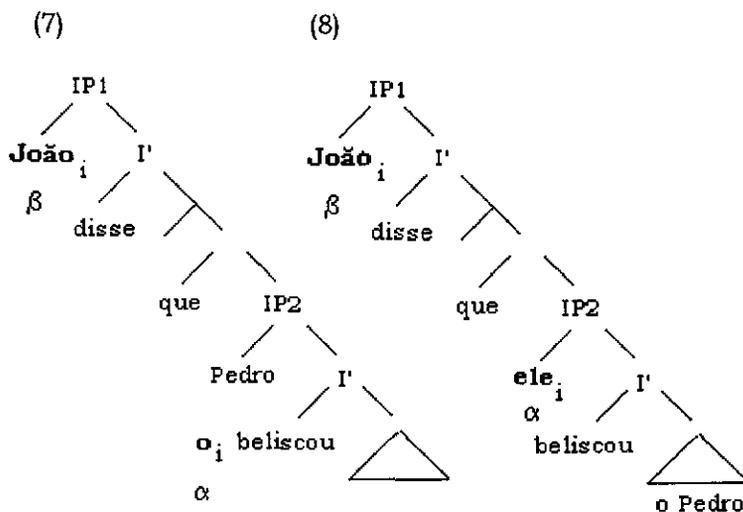
Para o reflexivo, consideremos (6):

(6)



De acordo com o princípio A, a anáfora (reflexivo) deve ser ligada em sua categoria de regência. Na estrutura arbórea acima dizemos que *se*, representado por α , é vinculado por *Maria*, representado por β , pois ambos estão co-indexados e β c-comanda α . O nóculo IP2 que domina β também domina α , e um não domina o outro, pois eles ocupam nóculos distintos. α é ligado por β na sua categoria de regência, IP2, que contém α , o regente de α que é o verbo, e um sujeito acessível, o próprio antecedente *Maria*. Portanto, a derivação de (6) atende o princípio A.

Para os pronomes *o* e *ele*, consideremos (7) e (8):



Conforme o princípio B, os pronominais devem ser livres em sua categoria de regência. Em (7) e (8), os pronomes, representados por α , estão vinculados pelos seus antecedentes, representados por β , pois eles estão co-indexados e β c-comanda α : o nóculo IP1 que domina β também domina α , e um não domina o outro. Porém, os antecedentes de α estão fora de IP2, deixando, assim, os pronomes livres em suas categorias de regências.

O que é interessante ressaltar é que o pronome, seja ele reflexivo ou não, deve ser c-comandado pelo seu antecedente para receber a interpretação adequada. Cada um dos pronomes deve obedecer condições de domínio. O reflexivo, ao contrário dos outros pronomes, tem um domínio restrito.

5. A semântica dinâmica e a anáfora

Consideremos o exemplo:

- (9) O fazendeiro matou a onça que estava atacando o seu gado.

Ao enunciar a sentença acima, o falante acrescenta ao seu conjunto de informações os itens “o fazendeiro” e a “onça” chamados de *pegs* pela semântica dinâmica. No decorrer da conversação esses elementos podem ser retomados através de variáveis discursivas, por exemplo, os pronomes, como podemos ver em (10):

- (10) **Ele** usou uma espingarda para matá-la.

Para garantir a interpretação destes pronomes é preciso recorrer aos *pegs* estocados na memória e fazer a ligação anafórica. O pronome *ele* retoma o *peg* “o fazendeiro” e o clítico pronominal retoma o *peg* “a onça”. A cadeia anafórica é instaurada a partir da conexão do pronome com o *peg* específico. No exemplo acima, a cadeia é bem formada, pois as anáforas e os *pegs* são correferentes, ou seja, eles se reportam ao mesmo referente.

Conforme a teoria, o discurso vai sendo construído dinamicamente com o acréscimo de novos *pegs* e novas variáveis e com a ligação entre *pegs* e variáveis. Vale ressaltar que durante o desenvolvimento do discurso o falante pode associar *pegs* já enunciados com outras variáveis. Além disso, as relações entre variáveis já citadas anteriormente e *pegs* podem ser alteradas. É o que podemos constatar no exemplo abaixo:

- (11) Ao saber da morte da onça, João, o vizinho do fazendeiro, ficou tranqüilo. **Ele** também estava sendo prejudicado.

A variável *ele* já havia sido mencionada na conversação ligando-se ao *peg* “o fazendeiro”. Nesse novo enunciado, *ele* não se remete mais ao primeiro *peg*, mas a um outro item que foi acrescentado no discurso, “João”. Nesse caso, a cadeia anafórica entre *ele* e o *peg* “João” é diferente daquela resultada entre *ele* e o *peg* “o fazendeiro”, pois os itens referenciais não são os mesmos. O sistema de referentes é bastante dinâmico e pode ser aumentado no decorrer de uma situação conversacional. Consideremos ainda:

- (12) a. **João**_i disse que Pedro **o**_i beliscou.
b. Joana disse que a **Maria**_i **se**_i feriu.

Em (12a) temos dois *pegs*, “João” e “Pedro”. Um destes é retomado através da variável *o*. Como vimos anteriormente, essa variável só pode se remeter ao *peg* João. Em (12b) também temos dois *pegs*: “Joana” e “Maria”. Ao contrário do pronome *o*, o reflexivo deve estar ligado a um referente discursivo próximo. Nessa situação *se* tem como referente o *peg* “a Maria”.

Nos casos de ambigüidade referencial, a dinâmica discursiva não determina a interpretação correta. É preciso levar em conta o contexto semântico-pragmático. Para a sentença,

- (13) João informou a Pedro que ele seria demitido

a variável *ele* pode estar ligada ou ao *peg* “João”, ou ao *peg* “Pedro”, ou a um outro *peg* não-especificado. A ambigüidade só será eliminada a partir de inferências pragmáticas ou do acréscimo de informações, como foi exemplificado na seção 3.

6. Considerações finais

No que diz respeito à anáfora, sabemos que ela é um mecanismo eficaz de coerência e coesão do discurso. As anáforas são usadas com o propósito de economia, de clareza ou do mero intuito de se evitar repetições.

Conforme a descrição apresentada, a anáfora depende da existência de elementos referenciais. A sua identidade só pode ser determinada a partir de um antecedente, que pode estar no nível da sentença ou que pode ser recuperado pelo contexto semântico-discursivo. Nos casos de ambigüidade referencial é necessário recorrer ao contexto semântico ou fazer inferências pragmáticas para que se possa identificar o referente do elemento anafórico. Também podemos resolver a ambigüidade acrescentando novas informações.

Vimos que a conexão entre o elemento anafórico e o seu referente determina certas particularidades na estrutura sintática e há regras que podem definir em que situações o processo ocorre. No caso do reflexivo, ele exige um controlador próximo. Já quanto aos outros pronomes, não se observa essa particularidade.

Para a semântica dinâmica, que leva em conta o acréscimo de informações discursivas, a anáfora é vista como uma controladora dos itens, *pegs*, que já foram enunciados. Ela permite estabelecer relações coesivas entre os elementos discursivos.

Em suma, o que é interessante destacar é que a interpretação da anáfora não pode se restringir apenas à aplicação de regras sintáticas. Ela opera vinculações com elementos que fazem parte de um contexto semântico-pragmático.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, S. H. B. (1995) Demonstrativo, Anáfora e Pressuposição. In: *Letras & Letras*. Uberlândia. n. 11, p. 157-180.
- CHIERCHIA G. e McCONNELL-GINET, S. (1990) *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge (Mass): MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- DONNELLAN, K. (1978) Speaker Reference, Descriptions and anaphora. In: *Syntax and Semantics: Pragmatics*. v. 9. p.47-68.
- GREEN, G. N. (1995) "Ambiguity Resolution and Discourse Interpretation". In: DEEMTER, Kees van e PETERS, S. (eds.) *Semantic Ambiguity and Underspecification*. p.1-26.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976) *Cohesion in English*. London: Longman.
- KOCH, I. V. (1994) *A Coesão Textual*. 7.ed. São Paulo: Contexto.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F. e LOPES, R.E.V. (1999) *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular.
- MONTEIRO, J. L. (1994) *Pronomes Pessoais*. Fortaleza: Edições UFC.
- MOURA, H. M. (1999) *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular.
- PERINI, M. A. (1996) *Gramática Descritiva do Português*. 2. ed. São Paulo: Ática.
- REINHART, T. e REULAND. I. (1993) Reflexivity. *Linguistic Inquiry*. v. 24, n. 4, p. 657-720.